

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

Black movement and black intellectuals: mobilizing agents of Affirmative Action Policies

Jurandir de Almeida Araújo
Universidade Federal da Bahia - UFBA
Salvador-Bahia-Brasil

Resumo

O presente artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico/crítica acerca da atuação do Movimento Negro brasileiro e dos intelectuais negros(as) engajados com as questões da população negra no país, em específico no campo das Políticas de Ações Afirmativas. Metodologicamente ancorado na pesquisa bibliográfica, o estudo revelou que o Movimento Negro brasileiro, composto por diversas organizações de diferentes perfis e os intelectuais negros(as) são protagonistas na reivindicação, formulação, coordenação e fiscalização das Políticas de Ações Afirmativas no país. Movimento que se faz presente e atuante, ao longo da história do Brasil, na luta por direitos negados e/ou negligenciados pelos governantes, assim como no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial.

Palavras-chave: Movimento Negro; Intelectuais Negros; Políticas de Ações Afirmativas.

Abstract

This article aims to make a theoretical / critical analysis about the performance of the Brazilian Black Movement and black intellectuals engaged with the issues of the black population in the country, specifically in the field of Affirmative Action Policies. Methodologically anchored in bibliographic research, the study revealed that the Brazilian Black Movement, composed of several organizations of different profiles and black intellectuals, are protagonists in the claim, formulation, coordination and inspection of Affirmative Action Policies in the country. Movement that is present and active, throughout the history of Brazil, in the fight for rights denied and / or neglected by the government, as well as in the fight against racism, prejudice and racial discrimination.

Keywords: Black Movement; Black Intellectuals; Affirmative Action Policies.

Introdução

O processo de democratização e universalização da educação pública no Brasil não se tornou realidade apenas porque o mercado exigiu maior escolarização e qualificação da força de trabalho, tampouco porque os governantes e os grupos dominantes tornaram-se sensíveis à questão educacional dos sujeitos menos favorecidos socioeconomicamente. Houve um fenômeno que impulsionou essa mudança motivado especialmente pelas tensões promovidas pelos movimentos sociais, em particular pelas ações e pressões contínuas do Movimento Negro junto ao Estado, às instituições de ensino e à sociedade como um todo. Movimento esse que, ao longo do século XX até os dias atuais, além de estimular o debate e a conscientização da população negra acerca da importância da educação escolar, tem reivindicado e pressionado o Estado a cumprir com o seu papel e garantir a todas as pessoas educação pública gratuita e de qualidade, entre outros direitos negligenciados.

Para Gomes (1997, p. 20), “[o] olhar dos movimentos sociais para a educação, e, particularmente, do Movimento Negro, trouxe não somente reivindicações, mas também problematizações teóricas e ênfases específicas para educação brasileira.” Segundo a referida autora, houve contribuições expressivas do movimento no que tange ao movimento de renovação do pensamento e da prática educacional no Brasil. Faz parte do legado dessas ações, colocar em exposição a realidade do sistema de ensino público no país e suas contradições, assim como para sensibilizar pesquisadores, teóricos e reformadores sobre os aspectos dessa realidade. Desta forma, o Movimento Negro constitui-se um dos principais agentes mobilizadores das mudanças ocorridas no campo das relações étnico-raciais e promoção da igualdade racial no país ao longo dos tempos.

As mudanças promovidas pelo Movimento Negro tornam-se mais expressivas a partir da década de 1970, período em que, mesmo o país vivendo em uma ditadura militar, é marcado pela entrada em cena de diversos movimentos sociais de diferentes perfis. Entre esses, estão as diversas organizações negras de caráter político e/ou cultural que surgem por todo o país, fortalecendo ainda mais o Movimento Negro brasileiro, que a partir deste momento, passa a atuar no campo político, sem contudo, deixar o social e o cultural de lado (ARAÚJO, 2013). Tampouco a reivindicação por educação, sua principal bandeira de luta desde o fim do sistema escravagista, quando, segundo Fernandes (2008, p. 120, grifo do autor), “o ‘negro’ teve de tomar consciência de si para si, como categorial racial, para se

afirmar socialmente e se projetar de novo na história, na condição afetiva de *homem livre*.” Ou seja, como cidadão de direitos.

Na busca de projetar os negros(as) na sociedade brasileira, o Movimento Negro, que emerge após o fim do sistema escravagista, segundo Fernandes (2008, p. 99), preenche uma função decisiva de impulsioná-los a se converterem em homens e mulheres negras “de sua sociedade e de sua época”, buscando “organizar e abreviar a transição de um estado de isolamento sociocultural, para o estado alternativo de participação sociocultural consciente, intensa e responsável.” No campo educacional, inicialmente pós-abolição, passa a reivindicar o acesso à escola, depois, a partir da década de 1970, uma educação pública, democrática, de qualidade, contemplativa da diversidade étnica e cultural do povo brasileiro e, posteriormente, a partir dos anos de 1990 aos dias atuais, estendendo a pauta de reivindicações ao acesso ao Ensino Superior. Ou seja, o acesso à educação escolar, desde sempre, tem sido meta almejada pelo Movimento Negro, “[...] não apenas como instrumento de inclusão social, mas também e principalmente como condição para serem alçados à categoria de cidadãos nacionais.” (SILVA, 2007, p. 104)

Neste contexto de reivindicação e conscientização acerca de direitos negligenciados pelo Estado, a educação passa a ser concebida, cada vez mais, na sua especificidade, isto é, enquanto direito social “que deve garantir nos processos, políticas e práticas educativas a vivência da igualdade social, da equidade e da justiça social aos diferentes grupos sociais e étnico-raciais.” (GOMES, 2011, p. 134) E, ao mesmo tempo em que denunciam o racismo e a situação marginal em que a população negra se encontra no país, as organizações que compõem o Movimento Negro brasileiro passam a elaborar e coordenar políticas afirmativas de inclusão, reparação, valorização e respeito à diversidade étnica e cultural, assim como pondo em prática projetos educacionais na perspectiva multicultural e antirracista, fazendo o diferencial na reivindicação e efetivação de uma educação para todos(as).

Sobre as ações afirmativas para os negros(as), Santos (2007, p. 186) pontua que “[...] são propostas de políticas públicas que vêm de baixo para cima. Ou seja, elas surgem dos Movimentos Sociais Negros e são exigidas ao Estado brasileiro por esses movimentos, com o apoio dos negros intelectuais.” Logo, discutir Políticas de Ações Afirmativas no contexto brasileiro pressupõe-se trazer para o debate uns dos principais agentes de mobilização

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

social, política, acadêmica e jurídica, isto é, o Movimento Negro com o apoio dos Intelectuais Negros(as) engajados com as questões do negro(a) na nossa sociedade. Visto que, a trajetória histórica deste movimento o coloca como protagonista na reivindicação, formulação, coordenação e fiscalização das referidas políticas, transformando-as, segundo Gomes (2017, p. 18), “em questão social, política, acadêmica e jurídica.”

Para Feres Junior (2009, p. 43), as políticas de ações afirmativas se tornaram realidade na sociedade brasileira, “em grande parte por causa da ação dos movimentos sociais, mormente do movimento negro.” Movimento esse, aqui compreendido como as diversas organizações negras de diferentes perfis que o compõe. Como destaca Gomes (2017, 2019), pode ser considerado como um sujeito coletivo composto de várias entidades, grupos, núcleos e um ator político que: produz discursos, constrói, sistematiza e articula saberes emancipatórios produzidos pelos negros e negras ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas, articula lutas e desafios que possibilitem aos indivíduos se reconhecerem nesses novos significados, assim como dá sentido e significado às lutas antirracistas nacionais e internacionais.

Em relação aos Intelectuais Negros(as) reportados neste estudo, trata-se dos acadêmicos negros(as) que constroem suas trajetórias acadêmicas influenciados direta ou indiretamente pelas discussões e conhecimentos sobre as questões étnico-raciais produzidos no interior do Movimentos Negro, em interação com a ética acadêmico-científica que orienta as suas pesquisas, estudos e ações (GOMES, 2011, 2017, 2019; SANTOS, 2008, 2011). Ou seja, militantes ativos “do conhecimento de si e o seu universo étnico-racial articulado a uma realidade mais ampla” que coloca os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra em diálogo com a ciência, com isso, indaga a produção do conhecimento científico e o lugar ocupado pelos diferentes e pelas diferenças na academia (GOMES, 2010, p. 504). Em uma perspectiva mais ampla, todos os sujeitos negros(as) (pesquisadores, professores, artistas, ativistas, lideranças religiosas, entre outros), “capazes de construir uma homogeneidade e consciência de grupo para a população negra, bem como capazes de apontar os caminhos da resistência e da reexistência.” (COSTA, 2018, p. 120) Portanto,

Merecem destaque ao longo da história os homens e as mulheres que, por meio do movimento negro e da relação com outros movimentos sociais, vêm cumprindo um importante papel na denúncia e no desmascaramento do racismo, explicitando a desigualdade entre as raças e a necessidade de superação dessa realidade. (RIBEIRO, 2009, p. 33)

Assim, o presente artigo tem como objetivo tecer uma análise teórico/crítica acerca da atuação do Movimento Negro brasileiro e dos intelectuais negros(as) engajados com as questões do negro no país, em específico no campo das Políticas de Ações Afirmativas. Metodologicamente ancorado na pesquisa bibliográfica, tem como principais bases teóricas os estudos de Jocélio Santos (2005, 2007), Augusto Sales dos Santos (2007, 2008, 2011), João Baptista Borges Pereira (2007), Jurandir de Almeida Araújo (2013, 2015), Nilma Lino Gomes (1997, 2010, 2017, 2019), entre outros autores.

Parte-se dos pressupostos de que no seu movimentar constante, em movimento organizado ou não, negros(as) vêm (re)elaborando diversas estratégias de ações voltadas para a promoção da igualdade de direitos, equidade de oportunidades, justiça social, defesa e manutenção dos valores culturais afro-brasileiros e superação das desigualdades em que se encontra a população negra e outros sujeitos/grupos historicamente discriminados no país. E de Santos (2005) ao afirmar que o Movimento Negro tem papel ativo nas transformações ocorridas nos últimos anos, em relação à representação social do negro(a) na sociedade brasileira, a mudança de atitude do Estado para com este e a criação de políticas públicas contra a discriminação racial no país, isto é, Políticas de Ações Afirmativas.

O protagonismo do Movimento Negro no campo das Políticas de Ações Afirmativas

No contexto do debate acerca da implementação de Políticas de Ações Afirmativas, direcionadas à população negra no Brasil, pode-se afirmar que o Movimento Negro, além de protagonista, é pioneiro. Desde a década de 1940, o movimento inclui na sua pauta de discussão a necessidade de políticas diferenciadas para os negros(as) no país. E ganha maior amplitude a partir da década de 1970, quando emergem no cenário político, social e cultural do país, diversas organizações negras de diferentes perfis (político, cultural, religioso, entre outros), as quais passam a elaborar e coordenar ações de caráter afirmativo, mormente no campo educacional, onde se percebe maior influência (ARAÚJO, 2013).

Conforme os estudos de pesquisadores, Silva (2007), Araújo (2013, 2015), entre outros, no intervalo de 1940 a 1960, as organizações que compõem o Movimento Negro brasileiro se empenharam em promover diversos eventos nacionais, regionais, estaduais e locais para discutir a situação dos negros(as) na sociedade brasileira, inclusive a necessidade de políticas diferenciadas para estes. Nesse período, segundo Silva (2007, p. 110), “o tema educação como local de transformação social ao lado de demandas por políticas

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

diferenciadas ocupavam grande espaços nas agendas de luta do movimento social negro.” Sendo o Teatro Experimental do Negro (TEN) a organização negra brasileira que mais pautou, estimulou e promoveu esse debate no referido período.

De acordo com Silva (2007, p. 123), “os movimentos sociais negros oriundos do período pós quarenta e cinco foram os grandes responsáveis por trazer a público, grande parte das reivindicações por políticas diferenciadas para afro-brasileiros,” a exemplo de políticas que possibilitassem o acesso, a permanência e o êxito dos alunos negros(as) no sistema público de ensino. Políticas as quais tem a década de 1940 “um dos marcos iniciais destas reivindicações” (SILVA, 2007, p. 101), com isso, amplia-se o debate acerca da situação dos negros(as) no país, uma vez que, a partir das discussões e questionamentos suscitados pelos militantes negros(as), intelectuais negros como Edson Carneiro, Abdias do Nascimento e Guerreiros Ramos e intelectuais brancos, a exemplo de Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Roger Bastide, passaram a desenvolver pesquisas abordando a questão da desigualdade racial no Brasil.

O debate promovido pelas organizações negras brasileiras sobre a necessidade de políticas diferenciadas para a população negra e as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores brancos e não brancos, influenciaram dois órgãos do Estado (Ministério do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho), nos anos de 1960, a se posicionarem a favor da criação de uma lei que beneficiasse os negros(as) no mercado de trabalho. Serviu também como base para as organizações negras, que surgem a partir da década de 1970, no direcionamento de suas ações e reivindicações no campo das políticas diferenciadas para a população negra.

De acordo com os estudos Santos (2005, 2007), as denúncias da discriminação racial e reivindicação por políticas diferenciadas feitas pelo Movimento Negro e as pesquisas acadêmicas levaram técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em 1968, considerando as práticas de discriminação racial no mercado de trabalho, a apontar como única solução de impedi-las seria a aprovação de uma lei que obrigasse as empresas privadas a manter em seu quadro de funcionários um percentual mínimo de pessoas negras. Contudo, as proposições dos referidos técnicos encontraram resistência de parte da intelectualidade brasileira que se utilizava do argumento do Brasil ser um país mestiço para contestá-las (SANTOS, 2007), isto é, por ser uma nação mestiça não seria possível classificar os sujeitos por grupos étnico-raciais, assim como falar de racismo.

As políticas compensatórias, também conhecidas como políticas focalizadas, que tinham as pessoas brancas com principais beneficiadas, no entanto, não geravam nenhum embaraço ou questionamento por parte da intelectualidade brasileira. Ao contrário do que muitos pensam, se se considerar as políticas de estímulo e incentivo a vinda de imigrantes europeus no final do século 19 e perdurou até início da década 1930, o Decreto-Lei nº 1.843/39, conhecido como lei dos 2/3, que obrigava as empresas a manter em seu quadro uma proporção de dois terços ou mais de trabalhadores brasileiros (e devido a discriminação racial, as pessoas brancas foram as maiores beneficiadas), a Lei nº 5.465/68, também conhecida como Lei do Boi, que reservava, de preferência, 50% das vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, à candidatos agricultores ou a seus filhos, entre outras, ver-se-á que políticas de caráter diferenciado/focalizado não são novidade no Brasil.

Mas, quando o Movimento Negro, diante do abismo social, econômico e educacional que separa brancos e negros no país, passa a reivindicar a implementação de políticas diferenciadas para a população negra e conta com o apoio teórico de alguns intelectuais brancos e não brancos, tem-se de imediato uma forte reação contrária. Com isso, o Movimento Negro, como movimento político e educador (GOMES, 2011, 2017, 2019), para além do campo das reivindicações, passa a ampliar o seu campo de ações concretas. Nessa direção, Araújo (2013, 2015), entre outros autores, apontam o protagonismo das organizações negras brasileiras no campo educacional, em particular as organizações negras baianas, pioneiras na elaboração e desenvolvimento de projetos e abordagens educacionais contemplativas da diversidade ético-racial e cultural do povo baiano e brasileiro.

Os estudos de Araújo (2013) enfatizam que organizações negras baianas, desde a década de 1970, vêm desenvolvendo em seus espaços e junto às escolas, tanto no campo pedagógico como no social e político, ações que visam atender as necessidades, demandas e interesses dos negros(as) entre outros sujeitos carentes de atenção por parte do Estado. Ações essas também desenvolvidas por tantas outras organizações negras em todo o país.

Outra estratégia eficaz foi a ocupação de espaços dentro das diferentes instâncias da sociedade, tanto do setor público quanto do setor privado. Nesta perspectiva, segundo Araújo (2013, p. 129), de forma tímida, mas notável, o Movimento Negro,

[...] por meio dos seus militantes, começa ocupar os espaços, até então, pouco acessíveis aos negros, os quais ao adentrarem nesses espaços, inclusive por meio

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

de políticas de ações afirmativas, têm se mostrado astutos no negociar suas presenças, principalmente, no meio acadêmico, espaço tradicionalmente conservador.

Assim, pode-se afirmar que vários foram e ainda são os caminhos e estratégias utilizadas pelas organizações negras brasileiras junto ao Estado na defesa de uma sociedade mais justa e igualitária nas suas relações sociais, étnico-raciais, culturais, políticas e econômicas. Como pontuam Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 294), “uma das grandes conquistas do movimento negro foi conscientizar uma grande parte da sociedade brasileira em relação à questão racial e convencer o governo a abandonar sua passividade conivente diante das desigualdades raciais.” Ou seja, pressionar os governantes a se posicionarem e desenvolver políticas de combate às desigualdades e de promoção da igualdade racial.

Segundo Silvério e Monteiro (2016, p. 75):

A (des)naturalização das desigualdades – promovida tanto pelas denúncias do Movimento Negro organizado quanto por sua ação política junto aos órgãos governamentais em busca de políticas concretas de combate às desigualdades com base na diferença étnico-racial – tem levado a medidas que avançam, mesmo que de forma tímida, no questionamento no plano prático do processo de racialização herdado do passado colonial, isto é, a não aceitação tácita da forma que a sociedade brasileira, a partir de suas elites, vislumbrou a interpretação e a complementariedade das hierarquias raciais.

A pressão e a ocupação de espaços de poder por militantes do movimento negro e intelectuais negros(as) propiciou a criação de importantes órgãos, segundo Stelzer e Gonçalves (2016), direcionados a questão étnico-racial no país, a exemplo da Fundação Cultural Palmares (FCP), criada em 1988, visando a promoção e a preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos da população negra, atualmente vinculada ao Ministério da Cidadania; do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado em 1995, composto por representantes da sociedade civil ligados ao Movimento Negro e dos ministérios e secretarias vinculados à Presidência da República, tendo como finalidade elaborar e desenvolver políticas públicas direcionadas à população negra; e do Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), criado em 1996, que tinha como objetivo elaborar um plano de ações de modo a eliminar a discriminação no mercado de trabalho e buscou responder à denúncia de organizações sindicais ao não-cumprimento da Convenção n. 111, de 1958, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), concernente à discriminação em matéria de emprego e profissão, por parte do Governo brasileiro.

No início deste século, em 2001, é criado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) e, em 2003, a Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPIRR), como uma forma de reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro, com a finalidade de organizar e articular a execução de políticas e serviços para a superação das desigualdades étnico-raciais no país. Nesse mesmo ano é criado o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). Atualmente, essas conquistas estão ameaçadas de extinção pelo então presidente em exercício Jair Messias Bolsonaro, que em janeiro de 2019, ao assumir a presidência do país, extinguiu a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a SEPIRR, que durante os governos petistas tinha status de ministério.

Como pontuou a Ativista Negra Valdina Pinto, popularmente conhecida pelo seu nome religioso, Makota Valdina:

Hoje, o que a gente tem conquistado em nível de governo federal, em nível de governo estadual e municipal, não é dado de mão beijada ou porque eles [os governantes] querem. Se dependessem deles nunca seria esse quadro que temos aí, isso aí é fruto das lutas dos negros. Tudo que temos hoje: leis, cotas para negros, políticas afirmativas, a SEPRMI, a SEMUR, a SEPIRR, tudo isso é fruto da luta do negro. (VALDINA PINTO, 2012, apud ARAÚJO, 2013, p. 83)

Isso evidencia que muito se fez e ainda tem a ser feito pelo Movimento Negro brasileiro junto ao Estado, de modo a garantir a efetivação de direitos conquistados por meio de muita pressão e a elaboração e implementação de novas políticas de ações afirmativas que complementem as já existentes.

Nesse contexto, como observa Bacelar (2001, p. 08):

O negro soube construir mecanismo de defesa de seus valores culturais, criou estratégias de superação das dificuldades que se lhe tentaram impingir quando de suas ações políticas em busca de uma sociedade mais justa, mais igualitária, sem nunca ceder ao fascínio das conquistas pontuais, localizadas aqui e acolá na sua grande marcha pela liberdade.

Em outras palavras, em nenhum momento da história os negros(as) se deixaram dominar passivamente pelos seus opressores, ao contrário, sempre buscaram meios e estratégias para superar as condições adversas em que viviam e ainda vivem na sociedade brasileira. Audazes no seu movimentar por uma vida digna, desde o momento em que foram sequestrados de seus países de origem, no Continente Africano, e para cá trazidos à força e escravizados.

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

No campo educacional, da mesma forma que nas demais esferas da sociedade, foram, e ainda são, várias as estratégias utilizadas pelo Movimento Negro junto ao Estado, em particular, junto às instituições de ensino, no sentido da construção de uma educação na perspectiva multicultural e antirracista. Entre essas estratégias destacam-se: o trabalho paralelo desenvolvido junto às escolas; a fundação de escolas comunitárias e cursos pré-vestibulares para afrodescendentes carentes; os cursos de extensão pedagógica; as campanhas de alfabetização de jovens e adultos; os debates, seminários, encontros, congressos e atividades culturais; o apoio à criação de núcleos de estudos e centros de pesquisa dentro das universidades; a ocupação de espaços em diferentes esferas da sociedade civil, do setor público e do privado (ARAÚJO, 2013).

Portanto, como ressalta Arroyo (2007, p. 112):

Deveríamos agradecer o Movimento Negro de maneira particular, os educadores(as), os intelectuais, os pesquisadores e até a infância, a adolescência e a juventude negra por se fazerem presente e interrogante no campo educacional e que por décadas, com insistência, vem abrindo frestas e se revelando, saindo do ocultamento a que a sociedade e o sistema escolar pretenderam relega-los.

Agradecer, mas também trazer para uma maior visibilidade essas ações, saberes e conhecimentos emancipatórios produzidos no interior das organizações negras e que, pode-se afirmar, foram e ainda são referências para órgãos do Estado e autoridades competentes na formulação e implementação de políticas de ações afirmativas, bem como na produção do conhecimento no campo acadêmico/científico. Como observa Gomes (2017, p. 15):

[...] muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esse movimento, que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento.

Acrescenta ainda de forma taxativa que:

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e de organização – com todas as tensões, os desafios e os limites –, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas. (GOMES, 2017, p. 19)

Como pode-se perceber, o Movimento Negro brasileiro, por meio das suas diversas organizações, militantes e intelectuais negros(as) engajados com as questões das relações étnico-raciais, tem se feito presente e atuante em todas as esferas da sociedade. Mesmo que de forma tímida, tem-se a presença do movimento nos espaços de poder, profissões e

cargos de maior prestígio social. Ter alcançado espaços de prestígio tem sido fundamental para que as questões da população negra permaneçam na pauta de discussão, tanto no campo político e econômico, quanto no social, jurídico e acadêmico brasileiro. Como ressalta Silvério (2010, p. 338), “desconhecer a importância e a legitimidade desse movimento social é tentar manter a farsa para não atingir a meta de construção de uma sociedade multicultural, democrática e desracializada.”

O Movimento Negro brasileiro tem na educação, como já sinalizado, uma das suas principais agendas de ações e reivindicações, com isso, a pauta mais visibilizada e discutida. Pauta essa que tem no engajamento político e acadêmico dos intelectuais negros(as) elementos importantes para a ampliação do debate, elaboração e implementação de Políticas de Ações Afirmativas nos diferentes setores da sociedade em que os negros(as) se encontrem sub-representados, em particular, no meio acadêmico.

O engajamento político e acadêmico dos intelectuais negros(as) no campo das políticas de ações afirmativas e produção do conhecimento científico

Por muito tempo, os negros(as) foram tratados apenas como objeto de pesquisa pelos pesquisadores que estudavam as relações étnico-raciais no Brasil (SANTOS, 2008). Assim, a inserção destes, no meio acadêmico, não apenas como objeto de estudo, mas como pesquisadores(as) e sujeitos que produzem conhecimentos, como pontua Gomes (2010), faz parte das ações e reivindicações históricas do Movimento Negro pelo direito à educação, ao conhecimento científico e à superação do racismo na sociedade brasileira.

As relações entre militantes negros e acadêmicos, após a proclamação da República, segundo Pereira (2007), podem ser distinguidas em três fases distintas. A primeira, segundo ele, se caracteriza pela absoluta falta de diálogo entre acadêmicos e militantes negros. Por esse e outros motivos, é que, a partir da década de 1910, os militantes negros passam a buscar mais espaço, visibilidade, inclusão social, econômica, educacional e política da população negra, enquanto os acadêmicos e a academia, segundo o referido autor, citando Artur Ramos, mantinham-se imersos na “conspiração de silêncio”, referindo-se ao desinteresse desses em relação as questões dos negros(as) no país (PEREIRA, 2007, p. 253).

Em corroboração com a concepção de Pereira, (2007), Gomes (2010) ressalta que, no contexto do final do século XIX e início do século XX, a ciência ajudou a fundamentar pseudoteorias que atestavam a superioridade do grupo étnico-racial branco e a

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

inferioridade dos grupos étnico-raciais não brancos. Nessa conjuntura, a ciência, segundo a referida autora, serviu “como um instrumento de dominação, discriminação e racismo e a universidade foi o principal espaço de divulgação dessas ideias e práticas.” (GOMES, 2010, p. 497) Posteriormente, ressalta Gomes, contestadas, superadas e condenadas no meio acadêmico e social, mas que, segundo ela, não isenta os prejuízos e o imaginário racista que estas pseudoteorias ajudaram a reforçar e produzir.

A segunda fase, prossegue Pereira (2007), tem início na década de 1950, em São Paulo, quando estudiosos como Roger Bastide e Florestan Fernandes, de forma sistemática, em função do projeto Unesco, estabelecem um diálogo com os militantes negros. Projeto o qual, segundo Pereira, visou ao resgate das lutas dos negros(as) na história do país, e trouxe as personalidades negras, ainda que como informantes chave da pesquisa, para dentro da universidade. Desse modo,

[...] participando do debate acadêmico no interior das universidades públicas brasileiras, influenciando outros intelectuais negros e não negros no que diz respeito à luta por justiça e igualdade racial, defendendo ações afirmativas para estudantes negros ingressarem e permanecerem nas universidades brasileiras, especialmente as públicas, entre outras propostas; os negros intelectuais começaram a intervir na produção do conhecimento sobre a população negra brasileira e passaram a ser agentes que se reconhecem como sujeitos na e da produção do conhecimento sobre relações raciais no Brasil. (SANTOS, 2008, p. 114)

A ampliação do número de intelectuais negros(as) que buscam, por meio da pesquisa e da produção de conhecimento científico, evidenciar e dar maior visibilidade às situações de desigualdade em que vive a população negra no país. Ou seja, maior visibilidade às desigualdades denunciadas ao longo da história pelo Movimento Negro, e que têm nesses intelectuais forte elo de ampliação do debate para além do campo político e social, estende-se para o campo da pesquisa acadêmica e da produção de conhecimento científico.

Para Nascimento, Ignácio e Pinheiro (2004, p. 203):

Ao trazer para o debate e para suas práticas a questão racial, ampliando a base social do Movimento Social Negro, os cursos ajudam a mobilizar as atenções da sociedade, da pedagogia, da pesquisa acadêmica e dos formuladores de políticas públicas para a centralidade do conceito de raça nas relações e dinâmicas sociais, pois entender o Brasil e produzir dinâmicas democráticas requer o entendimento do papel do racismo na produção das desigualdades.

Com isso, o surgimento da terceira e atual fase no que se refere às relações entre militantes negros(as) e acadêmicos que, segundo Pereira (2007, p. 253), se dão a partir do momento “em que acadêmicos e militantes procuram situar-se simetricamente uns em relação aos outros, embora com reclamações de ambas as partes.” E ganha corpo, segundo

ele, “com o surgimento de uma intelectualidade negra ligada à academia e recrutada de uma classe média.” Intelectuais negros(as) que, participando ou não de movimento organizado, procuram manter o diálogo com a academia e os acadêmicos “tomando às vezes a iniciativa, ao defender teses e colocar questões sobre o grupo negro na agenda dos estudiosos”, bem como de não ser apenas informantes, mas também “condutor, direto ou indireto, da própria reflexão acadêmica.” (PEREIRA, 2007, p. 254) Abordando temáticas que antes não eram pesquisadas, bem como buscando novas metodologias que deem conta de interpretar as vivências e experiências dos negros(as) ao longo da sua trajetória na sociedade brasileira e que os métodos científicos existentes não dão conta.

Os negros(as) deixam a condição de ser apenas objeto de estudo, para serem autores/ protagonistas no desenvolvimento de pesquisas que abordam relações étnico-raciais na sociedade brasileira e, por conseguinte, na produção de conhecimentos científicos. Nessa direção, Santos (2011, p. 109) ressalta que:

Ao ingressarem nos cursos de mestrado e de doutorado, surgem então, da parte desses ativistas que estão se transformando em negros intelectuais, indagações posicionadas sobre as relações raciais a partir de um ponto de vista de intelectuais negros(as) engajados(as); indagações e ponto de vista esses que a maioria dos cientistas sociais brancos desta área de estudos e pesquisas não tinha, e alguns até o desconsideravam.

Um olhar para si enquanto sujeitos históricos e produtores de conhecimentos emancipatórios do ponto de vista dos afro-brasileiros e dos grupos/sujeitos historicamente marginalizados na sociedade brasileira. Como observa Gomes (2017, p. 51), negros(as) “carregam saberes apreendidos na resistência que legitimam a sua presença nos espaços de conhecimentos”. Saberes durante muito tempo negados e invisibilizados no meio acadêmico brasileiro. Nessa direção, compartilha-se do pensamento de bell hooks (2017, p. 45) quando ressalta que:

O clamor pelo reconhecimento da diversidade cultural, por repensar os modos de conhecimentos e pela desconstrução das antigas epistemologias, bem como a exigência concomitante de uma transformação das salas de aula, de como ensinamos e do que ensinamos, foram revoluções necessárias – que buscam devolver a vida a uma academia moribunda e corrupta.

Também do pensamento de que, ao adentarem nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, os intelectuais negros(as) “adquiriram o conhecimento acadêmico-científico, que também é condição necessária, mas não suficiente, para a formação dos negros intelectuais.” (SANTOS, 2011, p. 119) Esses, como visto anteriormente,

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

para além dos conhecimentos científicos adquiridos na academia, têm nos conhecimentos produzidos no interior do Movimento Negro e nas suas vivências e experiências em relação as questões étnico-raciais uma das bases de sustentação do conhecimento científico por eles(as) produzidos. Nesta direção, Figueiredo (2016, p. 218) pontua que:

A produção acadêmica negra posicionada, ativista e engajada foi determinante para a implementação das reservas de vagas nas universidades públicas brasileiras. Do mesmo modo, é conhecido que essa produção não é vivenciada sem tensão no meio acadêmico, pois a busca por legitimidade caminha lado a lado com o desejo de intervir. Isso quer dizer que, na maioria das vezes, nossas questões acadêmicas são, sobretudo, questões políticas. Por isso mesmo, há um discurso que desqualifica a produção acadêmica posicionada, adjetivando-a como militante, já que é interessada, e menos científica, porque desafia o mito da neutralidade axiológica.

Ampliando a discussão, Gomes (2017, p. 15) ressalta que o Movimento Negro e os intelectuais negros(as) têm, de forma engajada, indagado “a primazia da interpretação e da produção eurocentrada de mundo e do conhecimento científico.” Se mostrando astuciosos e perspicazes ao trazer temáticas até então de pouco ou de nenhum interesse dos pesquisadores(as) ortodoxos, assim como novas epistemologias que vão de embate aos preceitos conservadores de produção do conhecimento. Preceitos esses que deslegitimam, negam qualquer epistemologia que não se enquadre dentro dos padrões ortodoxos europeus de produção do conhecimento científico. Enfim, como nos chama a atenção bell hooks (2017, p. 93), “[p]recisamos de novas teorias arraigadas na tentativa de compreender tanto a natureza da nossa situação atual quanto os meios pelos quais podemos nos engajar coletivamente numa resistência capaz de transformar nossa realidade.”

Considerações finais

O estudo, grosso modo, revelou que o Movimento Negro brasileiro (composto por diversas organizações de diferentes perfis) e os intelectuais negros(as) são protagonistas na reivindicação, formulação, coordenação e fiscalização das Políticas de Ações Afirmativas no país. Movimento que se faz presente e atuante, ao longo da história do Brasil, na luta por uma vida mais digna, isto é, na busca por direitos negados e/ou negligenciados pelos governantes, assim como no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial. Uns dos principais agentes mobilizadores das mudanças que vem ocorrendo no campo da relações étnico-raciais e promoção da igualdade racial, em particular no campo das Políticas de Ações Afirmativas, que tem a educação uma das áreas em que mais implementou essas políticas.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. **A atuação das Organizações Negras Baianas no campo da educação no período de 1970 a 1990**. 2013, 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador-Ba, 2013.

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. A efetivação da Lei 10.639/03 na percepção dos militantes/ professores negros baianos. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 3, 2015, p. 216-232.

ARROYO, Miguel González. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-130.

BACELAR, Jeferson. **A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

COSTA, Joaze Bernardino. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, jan./abr. 2018.

FERES JÚNIOR, João. Ação Afirmativa no Brasil: A política pública entre os movimentos sociais e a opinião doutra. In: SILVÉRIO, Valter Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Org.). **Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban**. São Carlos, SP: EdUFCar, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. 5 ed., v. 2, São Paulo: Globo, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. Para além dos números: uma reflexão sobre a experiências de professores/as e alunos/as negros/as na pós-graduação. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVERIO, Valter (Orgs.). **Ações Afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a Pós-Graduação**. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 125-156.

GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha Beatriz G; BARBOSA, Lucia M de A. (Orgs.). **O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro**. São Carlos: UFSCar, 1997. p. 17-30.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 492-516.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, abr. 2011, p. 133-154.

Movimento Negro e Intelectuais Negros(as): agentes mobilizadores das Políticas de Ações Afirmativas

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. Revista da **ABPN**, v. 11, Ed. Especial, abril de 2019, p. 141-162.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

NASCIMENTO, Alexandre do; IGNÁCIO, Jocelene; PINHEIRO, Fernando. Das Ações Afirmativas dos Movimentos Sociais às Políticas Públicas de Ação Afirmativa: O movimento dos cursos pré-vestibulares populares e a democratização do ensino superior. **O público e o privado**, n. 3, jan./jun. 2004, p. 189-205.

PEREIRA, João Baptista Borges. As relações entre a Academia e a militância negra. In: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. **Brasil: um país de negros?** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 2007. p. 253-257.

RIBEIRO, Matilde. As políticas de igualdade racial no Brasil. **Análise e propostas**, n. 35, abr., 2009.

SANTOS, Jocélio Teles. **O poder da cultura e a cultura no poder.** A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: Edfuba, 2005.

SANTOS, Jocélio Teles. Dilemas nada atuais das políticas para os afro-brasileiros: Ação Afirmativa no Brasil dos Anos 60. In: BACELAR, Jeferson; CAROSO, Carlos. **Brasil: um país de negros?** 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO, 2007. p. 221-234.

SANTOS, Sales Augusto dos. De militantes negros a negros intelectuais. VI Congresso Português de Sociologia. **Anais...** Universidade Nova de Lisboa, Portugal, 2008.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Metamorfose de Militante Negros em Negros Intelectuais. **Revista Mosaico**, v. 3, n. 5, 2011, p. 102-125.

SILVA, Joselina. Movimento Negro: uma história de resistência pela igualdade racial. In: SANTOS, Ivanir; ROCHA, José Geraldo (Orgs.). **Diversidade & ações afirmativas.** Rio de Janeiro: CEAP, 2007. p. 100-126.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa: percepções da “casa grande” e da “senzala”. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). **De Preto a Afro-Descendente.** São Carlos: EdUFCAR, 2010. p. 1321-135.

SILVERIO, Valter Roberto; MEDEIROS, Priscila Martins. Ação afirmativa para negros e indígenas: um ensaio sobre a crise do discurso civilizacional e a reorientação nas políticas públicas de inclusão no Brasil. In: ARTES, Amélia; UNBEHAUM, Sandra; SILVERIO, Valter (Orgs.). **Ações Afirmativas no Brasil: Reflexões e desafios para a Pós-Graduação.** São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016, p. 61-92

STELZER, Joana. GONÇALVES, Everton das Neves. Igualdade racial e movimento negro: direito e política em perspectiva histórica. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 11, n. 1, p. 448- 479, 1º quadrimestre de 2016.

Sobre o autor

Jurandir de Almeida Araújo

Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de pesquisa Política e Gestão da Educação, do grupo de pesquisa Educação, Desigualdade e Diversidade, do Laboratório de Tecnologias Informacionais e Inclusão Sociodigital (LTI Digital) e da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) pela Justiça Social (Abrapps). Professor do curso de Pedagogia da Fundação Visconde de Cairu (FVC) e do curso de Pedagogia EAD/UNEB. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2688-4858> E-mail: jurandir@cairu.br

Recebido em: 16/05/2020

Aceito para publicação em: 08/07/2020